

COVID-19 no Brasil: “cobertor curto”

Rafael Mozart da Silva¹

¹Departamento Interdisciplinar – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Rio Grande do Sul, Brasil.

Autor correspondente:

Rafael Mozart da Silva

Endereço: Campus Litoral Norte - Emboaba

CEP: 95590-000 – Tramandaí, RS, Brasil.

E-mail: rafael.mozart@ufrgs.br

Recebido em: 14/05/2021

Revisado em: 14/05/2021

Aceito em: 14/05/2021

Publicado em: 08/07/2021

Prezado Editor,

O Brasil passa por uma crise em seu sistema de saúde¹ e registra em 14/05/2021 o total de 15.359.397 casos e 428,034 mortes². Os números são crescentes a cada dia e observa-se uma curva ascendente de contágio³. Os hospitais dos grandes centros urbanos continuam com a lotação máxima e alguns apresentam fila de espera por leitos para pessoas em estado grave. Atualmente a vacinação no país atingiu aproximadamente 7,7%⁴ da população brasileira e enquanto vidas estão sendo ceifadas no país.

O cenário é complexo e de difícil equilíbrio, pois as medidas de restrição impostas pelos governos locais para “tentar” conter o contágio da pandemia, dentre as quais estão a manutenção do distanciamento social e o fechamento do comércio e de serviços não essenciais, geram um impacto na economia e isso pode levar à perda do emprego de muitos trabalhadores, principalmente a classe assalariada. Por outro lado, a flexibilização das medidas voltadas a circulação de pessoas, à abertura do comércio e o funcionamento dos serviços, pode provocar aglomerações e por sua vez gerar um aumento do número de casos de COVID-19 no país.

Fazendo uma analogia do atual cenário que o país se encontra, observa-se que “o cobertor é curto”, pois não é possível cobrir a “cabeça” e os “pés” ao mesmo tempo. O “cobertor” utilizado até o momento para mitigar os efeitos da pandemia é “curto”, ou seja, as ações necessárias são de “Estado” e não de um governo. O aumento de disponibilidade de vacinas é o “cobertor longo” que a população precisa para conter a crise no sistema de saúde e reduzir a taxa de mortalidade pela COVID-19.

A saúde dos cidadãos é uma questão de Estado e não de governo e nesse contexto, é preciso deixar de lado as diferenças partidárias ou mesmo as razões e emoções pessoais de quem governa para elencar como prioridade o direito à vida por parte da população. A ciência avançou em um tempo recorde na descoberta e produção de vacinas contra o vírus da COVID-19, porém é preciso “agir coletivamente” para mitigar essa pandemia, a qual é

resistente e mata lentamente, porém incapaz de sobreviver a racionalidade e o exercício da democracia.

Referências

1. LANCET. 2020. Editorial. COVID-19 in Brazil: “So what?” **Lancet** **395**: 1461.
[https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(20\)31095-3](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)31095-3)
2. World Health Organization (WHO) **Covid dashboard, 2021**. Available at: <https://covid19.who.int/>, accessed on 14.5.2021.
3. L. F. Buss et al., **Science**, 371, 6526 (2021).
<https://doi:10.1126/science.abe9728>
4. Our World Data. **Coronavirus (COVID-19) Vaccinations**. 2021. Available at <https://ourworldindata.org/covid-vaccinations>, accessed on 14.5.2021.